

122ª SESSÃO ORDINÁRIA 10DEZ2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Elizandro Sabino.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o quórum baixo que temos no momento é muito provavelmente decorrência do grande esforço que nós realizamos no dia de ontem para cumprir as várias votações que realizamos, parte delas sendo registrada por alguns setores da imprensa porto-alegrense. A uma das notícias, Sr. Presidente, se impõe uma correção. Eu vou identificar o órgão, que é o Jornal do Comércio, que faz a melhor cobertura desta Casa, cuja manchete da notícia de ontem, das decisões da Casa, não corresponde com a notícia por ele produzida, especialmente porque faz a afirmação de que nós decidimos pelo aumento da altura dos prédios na 3ª Perimetral e nas zonas de BRT. Não foi isso o que aconteceu. A decisão de ontem, em nenhum momento, por nenhum meio, influi ou determina o aumento da altura dos prédios na área por ela contratada. O reflexo, dentro da hipótese criada da compra de solo, é na volumetria, que poderá aumentar, se assim for o caso, se assim pretender o morador ou o empreendedor. Enfim, a grande alteração se dá na forma da aquisição do solo criado, que, de modo algum – e quero deixar isso bem claro – implicará no aumento da altura permitida na área. Onde é permitida uma altura de 33 metros, serão 33 metros; onde é permitida uma altura de 52 metros, serão 52 metros; onde é permitida uma altura de 18 metros, serão 18 metros. Enfim, não haverá alteração nesse sentido. O que se possibilita é que o índice já permitido de ocupação da área – 1,3 ou 1,9 ou 2,4 – possa atingir 3,0, que é o máximo permitido pela lei. Isso já está concertado em vários dispositivos da Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

Ambiental. O que se faz agora é dar praticidade para que ocorra essa aquisição do solo criado dentro de circunstâncias que o Poder Executivo irá determinar, na medida em que, fora aquelas situações já previstas na lei, nós estamos estabelecendo que poderão ser atingidos 3,0 de volumetria dos prédios. Evidentemente, quem detém essa possibilidade de permitir que seja pela aquisição direta, como nós pretendemos, é o Executivo. A grande novidade é que, hoje, não é permitido, e nós estamos criando a possibilidade de que venha a ocorrer, se for por interesse estratégico da administração ou do Governo que estiver constituído, que, hoje, é comandado pelo José Fortunati, e que, amanhã, será por outro que vier a ser ungido na urna no voto popular, como estabelece a legislação brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, com tranquilidade, não vai nenhuma crítica ao Jornal do Comércio. Eu prefiro que tenha algum equívoco na informação a que exista a mudez, em termos dos fatos da Câmara. O Jornal do Comércio tem sido extraordinariamente eficaz na divulgação dos nossos fatos, mas, hoje, ocasionalmente, há essa disfunção entre o que estabelece a lei, o conteúdo da própria notícia e a manchete que abre essa notícia, provavelmente, simplificando no trabalho jornalístico, mas ensejando esse equívoco de interpretação daquilo que objetivamente foi decidido na Casa no dia de hoje. Aliás, decisão essa que estará plenamente clarificada na redação final que, brevemente, a nossa Comissão de Constituição e Justiça, e Redação Final irá oferecer ao exame e à sanção do Sr. Prefeito Municipal. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Mario Manfro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO MANFRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, vocês podem ver que eu subi aqui com um discurso, com quatro ou cinco folhas, mas eu desisti, Ver. Mauro, nosso Presidente, de ler tudo isso que está aqui. Eu hoje subo aqui com um misto de tristeza e alegria; tristeza por ter que anunciar que estou deixando uma sigla, o PSDB, do qual faço parte desde 2003, no qual tive uma trajetória, em 2004, concorrendo pela primeira vez a Vereador, tendo ficado na Suplência; em 2008, a população de Porto Alegre me elegeu pela primeira vez, em 2012, eu tive a benção de

ser reeleito, sempre por esse partido. Meu primeiro e único partido, até então, onde fui, até há bem pouco tempo, muito respeitado, fiz muitos amigos dos quais não vou esquecer, onde militei com toda a minha força, com todo meu coração até o dia de ontem. Em virtude de alguns fatos que são de domínio público e que inclusive já foram colocados na imprensa, houve uma divisão no PSDB. Eu fui eleito, em maio deste ano, Presidente do Diretório Municipal, e, seguindo uma decisão do diretório nacional, foi invalidada, enfim, não foi validada essa eleição, foi nomeada uma junta, uma comissão interventora, uma comissão provisória no Estado do Rio Grande do Sul e também no Município de Porto Alegre, Dr. Raul.

Desde então, nós estamos participando de um movimento chamado PSDB Democrático em que tentamos sensibilizar não só a executiva provisória estadual, mas principalmente nós tentávamos mobilizar a executiva nacional para que voltasse a existir a democracia dentro do PSDB, a democracia interna.

Todas as nossas zonais, o PSDB trabalha ainda com regime de zonais, todas elas também sofreram intervenção. Em outras palavras, os filiados do PSDB, hoje, não têm direito a voto, mas isso já foi bastante dito, e nós estávamos lutando contra isso, nós estávamos lutando para restabelecer a democracia interna do partido; estávamos não, existe um grupo que ainda continua essa luta. E eu desejo a esse grupo liderado hoje pelo André Barbosa, todo o sucesso para que se restabeleça a normalidade dentro do partido. Mas o que me levou, que foi a gota d'água, foi a cereja no bolo, eu diria, foi o fato de que, na semana passada, essa comissão interventora, essa comissão provisória decidiu que o PSDB não faria mais parte da base do Governo Fortunati, e eu sequer fui consultado, eu não fui chamado nem para ser figura decorativa. Eu não fui consultado, eu não fui sequer – pasmem os senhores – comunicado! Eu fiquei sabendo pela imprensa e graças à gentileza de um *e-mail* enviado pelo Prefeito José Fortunati. Então, é até uma questão, acredito, de dignidade, vejam que eu sou o único Vereador do PSDB na Câmara de Vereadores – eu era, até ontem. Uma decisão tão importante quanto sair da base de um governo, e um Vereador não é sequer comunicado, quanto mais faz parte das discussões. Então, não me restou outra saída – como eu disse, até por uma questão de dignidade –, digo isso com tristeza, de comunicar oficialmente aos meus Pares e à Direção da Casa que, a partir de hoje, não existe mais Bancada do PSDB. Como eu disse, é um misto de alegria e de tristeza, e agora vem a parte alegre: a forma cordial,

gentil e entusiástica com que fui recebido pelo meu novo partido, que tenho a honra de anunciar aqui, a Rede Sustentabilidade. (Palmas.) Agradeço a presença de alguns militantes aqui, é uma honra, para mim, fazer parte desse novo partido, tenho certeza de que vamos ter uma caminhada vitoriosa e, principalmente, fraterna e harmônica. Isto, para mim, é o mais importante: a fraternidade, a amizade e a democracia. É uma honra para mim pertencer ao partido da Senadora Marina Silva, que fez, aqui em Porto Alegre, mais de cem mil votos; é uma honra para mim fazer parte de um partido que tem como Deputado Federal e nosso representante do Rio Grande do Sul o João Derly, com quem eu tive a honra de partilhar este ambiente, muitas ideias nós trocamos aqui. Algumas vezes eu o desafiei para uma luta de judô, mas ele não aceitou... É compreensível! Então, quero agradecer à Rede por ter, desta forma tão carinhosa, aceitado a nossa filiação. Estou como antes estava no outro Partido: de corpo, alma e coração, dedicado a esta nossa nova caminhada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Kevin Krieger.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, funcionários desta Casa, senhores aqui presentes e telespectadores da TVCâmara; primeiro, quero saudar o colega Mario Manfro pela troca. Nunca é algo muito bom a troca de partido; empunhar novas bandeiras muitas vezes nos traz dificuldades, mas, como foi dito pelo colega Mario, ele teve as suas motivações, e, agora, vamos tocar o barco e desejar a ele boa sorte no novo partido. Lá, ele vai dividir cadeiras com grandes políticos, como o João Derly e a nossa querida Deputada Regina Fortunati.

Eu gostaria de dizer da minha alegria e fazer um convite aos senhores: amanhã, às 10h, na Prefeitura, o Prefeito José Fortunati estará sancionando a lei do feriado do 20 de Novembro – uma luta histórica desta Câmara. Foi a primeira vez nesta Câmara que tivemos um debate de cinco Sessões relacionadas à discussão desse tema, que é muito importante para nós todos – e não só para os negros, é importante para negros, brancos, índios –, porque é um momento histórico. Volto a frisar, depois de 44 anos de uma ideia que nasceu aqui em Porto Alegre e se difundiu por 1.047 cidades, amanhã serão 1.048

idades a comemorar o feriado do Dia da Consciência Negra, Porto Alegre estará incluída, não será mais discriminada por outros Estados que dizem que o Rio Grande do Sul é um Estado racista. Não é. Não é, não. Sabe-se que não é. Todos nós temos consciência do trabalho forte, do suor, das lágrimas de sangue que os negros derramaram para ver este Estado crescer. Todos nós temos consciência de que uma luta que é histórica e tem data, aqui firmada neste Estado, teve o braço do negro, dos lanceiros negros à frente das batalhas. Fico muito feliz porque o Sr. José Reus Fortunati teve essa sensibilidade e amanhã vai sancionar. Fico mais feliz ainda, senhores, por esta Casa, com os seus 28 – dos 36 – Vereadores, ter buscado o entendimento para que tivéssemos esse feriado. E quando falo nós – não é, amigo Tarciso? –, somos todos nós mesmo! Não é uma minoria. Somos todos nós!

Então, senhores, eu gostaria de saudar este momento e convidar todos para irem amanhã, às 10h, na Prefeitura Municipal, para que façamos parte desse momento histórico para Porto Alegre. Estaremos lá, junto com o Prefeito, assinando, como se tivéssemos 36 mãos assinando esse decreto, sancionando isso que é de toda a representação de Porto Alegre. Digo e repito: toda a... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. RAUL FRAGA: Presidente Mauro Pinheiro, Vereadores e todos os que nos assistem, meu primeiro assunto se refere ao local onde tenho trabalhado, na Coordenação dos Hospitais do Estado, que é o Hospital Psiquiátrico São Pedro, que já tem 131 anos de idade e que, no dia de hoje, dia 10 de dezembro de 2015, está organizando uma festa natalina que envolverá toda a comunidade do Partenon, os pacientes, mais de 150 pacientes, funcionários e familiares. Eu acredito que é muito importante dizer de peito aberto – por isso abro o meu casaco aqui para mostrar – sobre o apoio e o reconhecimento necessário que toda a sociedade tem que dar para que o São Pedro realmente viva cada vez mais, para que nós possamos fazer com que a

comunidade continue sendo atendida de uma maneira especializada por psiquiatras muito bem formados, quando há uma necessidade – num surto, numa necessidade de amparo por uma tentativa de suicídio, num quadro de psicose, mania, distúrbios do humor e principalmente na questão da drogadição. E nós sabemos que isso vem afligindo, ao longo dos anos, cada vez mais, especialmente a epidemia do *crack*, toda a nossa sociedade, todas as classes sociais. O Hospital São Pedro, hoje, tem doze unidades e atende desde a criança ao adolescente, com 20 leitos, até as mulheres, os homens, a drogadição principalmente. Também há, entre as suas unidades, sete que são de moradia. Moradia de quem? daquelas pessoas que vêm lá de trás, do tempo em que o São Pedro tinha quatro, cinco mil pacientes, essas pessoas que ainda sobrevivem hoje são muito bem atendidas pelos funcionários. Ontem mesmo, visitando as unidades onde pacientes estão fazendo árvores de Natal em cada unidade. Uma paciente chegou para mim e disse: “Ah, Doutor, o senhor não vai me tirar daqui, né?” Eu disse: “Por que tu achas que vou te tirar daqui?”. E ela: “Porque eu me sinto bem, minha casa é aqui”. Uma pessoa que precisava e precisa deste apoio, deste aconchego, e que não tem mais essa referência, nós precisamos dar algum tipo de carinho e referência para essas pessoas que não têm mais familiares e que não têm mais, na realidade, uma condição de conviver normalmente na nossa sociedade. Eu quero reforçar o trabalho de todos aqueles profissionais, de todas aquelas pessoas que, de alguma maneira, se envolveram com o Hospital Psiquiátrico São Pedro. Ainda, há uns 15 dias, lá foi feita a capacitação, uma jornada de psiquiatria, e lá se forma muitos profissionais para o SUS, não só para consultórios particulares, mas profissionais para atuar na ponta, para atuar no SUS. Quero reforçar e desejar muita saúde a todos que têm uma especial atenção com o Hospital Psiquiátrico São Pedro, e dizer que essa instituição... Hoje vai ser muito bonito lá, hoje teremos uma festa, os artistas todos estão se doando, não tem um real de recurso público lá, teremos pessoas lá tocando para pacientes, para a comunidade, como o Dorotéo Fagundes e os filhos, o Gaúcho da Fronteira, o Sérgio Rojas, Coral do Barrisul. Enfim, teremos vários momentos lúdicos que farão com que os pacientes se sintam bem, e todos aqueles que lá tiverem a oportunidade de estar, com certeza, serão muito bem acolhidos, em especial toda a comunidade do Partenon.

Gostaria ainda, reforçando, de dizer uma questão que acho muito importante que a comunidade saiba, que é uma solicitação que fiz no ano passado ao Deputado Osmar

Terra, com quem tive a oportunidade de estar, de disponibilizar recursos para Porto Alegre, e, na semana passada, conseguimos, através de uma emenda parlamentar do Secretário, e agora Deputado Osmar Terra, R\$ 700 mil para o Fundo Municipal de Saúde da nossa Capital, já depositados na conta, para adquirir equipamentos, e basicamente para o conforto térmico. Eu, como estou sempre suando, e todos os que me conhecem sabem disso, isso é para dar ar condicionado para que nas nossas unidades de saúde, as pessoas que lá estão esperando, estão trabalhando, sintam-se melhor. Na realidade, além do atendimento, precisamos que as pessoas tenham dignidade na sua atenção à saúde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Sefora Mota.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em primeiro lugar, quero agradecer à Ver.^a Sefora Mota pela cedência deste tempo. A Ver.^a Sefora Mota, a Ver.^a Fernanda Melchionna, esta Vereadora, a Ver.^a Sofia Cavedon, que é a nossa Procuradora Especial da Mulher da Câmara de Vereadores, inauguramos na Casa o espaço da Procuradoria Especial da Mulher, com a presença de entidades representativas da luta das mulheres, do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e vários movimentos feministas e das nossas lutas por liberdade, por democracia. Acho que foi um momento alto, Ver.^a Sofia Cavedon, desta Casa. A Procuradoria da Mulher, sem dúvida, estará à disposição internamente na Casa e também da sociedade do Rio Grande do Sul, num diálogo com os homens, Ver. Alex, aqueles homens que se perfilam historicamente, inclusive dentro desta Casa, ao nosso lado na luta pelos nossos direitos, pela nossa emancipação, e são muitos, porque a nossa emancipação é a emancipação da sociedade.

Quero dizer aos colegas Vereadores e Vereadoras que, assim que descer da tribuna, vou passar um Requerimento com a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Legalidade, da Democracia e do Estado de Direito. O Brasil é uma nação que percorre um caminho de buscar, cada vez mais e mais, democracia – a nossa ainda frágil democracia surgida das lutas populares no enfrentamento à ditadura militar. Eu, além de ter militado

no meu Partido na clandestinidade, tive a honra de ser parte do movimento feminino pela anistia na época da ditadura que deu origem aos comitês brasileiros pela anistia. Um movimento dirigido por mulheres como Kita Brizola, como Mila Cauduro, como Enid Backes, como Lícia Peres, como Dilma Rousseff, como Therezinha Zerbini, e eu tive a honra de ser Par, como Olga Araújo, que se foi tão cedo do nosso convívio, que representava naquele movimento a Ordem dos Advogados do Brasil. E é por isso que eu venho a esta tribuna em nome, não do meu Partido apenas, mas do significado da democracia, apresentar o seguinte Requerimento aos meus Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores desta Casa, muitos dos quais vêm de partidos que historicamente também enfrentaram, Ver. Dr. Goulart, Ver. Cleiton, a Ditadura Militar, que foram artífices no processo da democracia. Já cumprimentei o Ver. Mario Manfro e lhe disse que com certeza eu vou contar com a sua assinatura na medida em que ele saiu do PSDB e escolheu um partido que já se posicionou contra o golpe, contra qualquer tentativa de golpe. Esse é o momento de ampliar as forças patrióticas, democráticas, as forças de linha de frente pela construção de uma verdadeira nação, com democracia e soberania, para que nós não tenhamos retrocesso. Ver. Cleiton, não será o retrocesso de 50 anos se contarmos desde o Golpe de 1964. E eu vou mais além, vou à Legalidade de 1961, que era a tentativa primeira de golpe, nós retrocederemos mais de cem anos (Lê): “A legalidade e o Estado Democrático de Direito são valores fundamentais de qualquer nação democrática, valores estes que garantem a governabilidade e o funcionamento independente dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como os direitos dos cidadãos. Esses valores são conquistas do povo brasileiro, que lutou nas ruas contra a ditadura e construiu uma democracia que, embora ainda jovem, e ainda muito a ser construído, avançou na consolidação desses valores”. Como disse minha companheira, deputada Federal Jandira Feghali, um expoente da Câmara Federal na luta pelas liberdades democráticas e um expoente...

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para uma Comunicação de Líder

A SRA. JUSSARA CONY: há muito tempo, inclusive, na luta contra a ditadura, em plena Conferência Nacional de Saúde, na abertura, Jandira Feghali dizia: “O valor que está hoje

aqui na construção do SUS é o valor maior da democracia, porque o próprio Sistema Único de Saúde foi construído no processo da luta contra a ditadura” (Lê.): “No entanto, hoje, estes valores estão em risco. Ao longo dos últimos meses, a Nação assiste a um processo irresponsável de desgaste do governo central capitaneado por setores insatisfeitos com os rumos do governo e que têm, como objetivo norteador de suas ações, a derrubada da ordem democrática em favor da retomada do poder. O lance mais recente e perigoso deste processo foi o acolhimento, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, da abertura do processo de *impeachment* [e os desdobramentos que o Sr. Eduardo Cunha fez em três dias, destituindo, inclusive, o Relator. Aliás, na minha concepção, inimigo número um do Brasil]. O impedimento é um instrumento que possibilita a retirada do poder de um presidente da República que tenha cometido algum tipo de crime contra a ordem ou o erário público. Pela seriedade de sua instituição, pelo impacto que tal processo pode ter na vida de milhões de brasileiros, o impedimento não pode ser usado como instrumento de barganha, de chantagem ou de mera substituição de um mandatário que não agrada uma fatia da população [ou oposição]. A abertura de um processo desta natureza contra qualquer governante legitimamente eleito – sem que haja crime de responsabilidade, fatos concretos ou base legal que o sustente – atenta, portanto, contra a legalidade (na medida em que não apresenta argumentos jurídicos sólidos), a democracia (por ignorar a vontade da grande maioria da população que votou na atual mandatária do poder) e contra o Estado Democrático de Direito (uma vez que todo o arcabouço legal construído ao longo de décadas está sendo subjugado ao desejo daqueles que querem retomar o poder a todo custo). Nessa pátria brasileira, nós conquistamos o direito de assumir, todos nós, Legislativo e Executivo, espaços de poder pelo voto democrático, pelo voto nas urnas, e é assim que nós deveremos continuar para aprofundar, inclusive, a democracia. Não há desenvolvimento sem democracia. Não há soberania sem democracia. Neste momento, é essencial que todos os setores sociais comprometidos com o país, independentemente de sua posição política, oponham-se a este atentado contra a nossa jovem democracia. É hora de formarmos uma frente parlamentar ampla na Câmara Municipal de Porto Alegre, uma Casa [vários Vereadores aqui presentes são testemunhas, eu fui 32, 33 anos atrás] que sempre atuou em favor das grandes lutas democráticas de nossa cidade, estado e país, como instrumento de defesa da legalidade e do Estado democrático de direito.”

Nós precisamos continuar com esse Estado Democrático de Direito. Eu vou levar esse documento de Vereador a Vereador, de Vereadora a Vereadora, para que nós possamos criar uma frente parlamentar ampla – ampla! – em defesa da legalidade, da democracia e do Estado de Direito. Amanhã é um dia de luta, é um dia em que, às 9 h, será feito o lançamento da Frente Brasil Popular na Fetag. Às 11h30min, na Praça da Matriz, ao lado do monumento pela Legalidade, com Ciro Gomes, com Carlos Araújo, também se espera a presença do presidente nacional do PDT, o Lupi; com lideranças do campo popular e democrático, haverá um ato pela legalidade democrática. Nada mais legítimo do que ao lado do monumento pela Legalidade, conduzida por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, parâmetro para o Brasil inteiro.

Às 10h, estaremos contigo, Cleiton. Sairemos de um ato e iremos para lá contigo, porque a sanção, pelo Prefeito Municipal, de um projeto que honra a memória de Zumbi e de Dandara faz parte dessa luta pelas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...liberdades democráticas. Aliás, se nós temos a herança, a sagrada herança da nossa maior riqueza, que são as etnias – a nossa riqueza étnica, a nossa riqueza cultural, a nossa riqueza humana lá dos indígenas, dos negros, dos brancos que vieram para cá também e que se postaram ao lado das liberdades democráticas –, nós chegamos a um momento como este com mais responsabilidade ainda de garantir a democracia na Nação brasileira. É por isso que a criação dessa frente parlamentar é em defesa da legalidade, da democracia e do Estado de Direito, porque ninguém mais do que o povo brasileiro, do que os trabalhadores, do que a juventude, do que as mulheres... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, gostaria de agradecer à assessoria do Ver. Marcelo Sgarbossa que me cederiam o tempo do Vereador, mas havia inscrições *a posteriori*. Então, meus queridos, precisamos falar todos os dias possíveis, em que tenham todos os espaços possíveis, sobre a questão da saúde,

já que para isso fomos eleitos – não é, Ver. Dr. Raul Fraga e Ver. Dr. Thiago? Temos que diuturnamente estar na batalha na defesa do SUS, que é o único sistema universal de saúde. Vocês já se deram conta que, se por acaso um morador de rua se sentir mal, vão chamar a SAMU para que esse seja atendido pelo SUS, com um atendimento igual a qualquer outra pessoa, ou, pelo menos, deveria ser assim, mas acho que é. Se por um acaso o nosso embaixador dos Estados Unidos tiver algum mal súbito na praia de Copacabana, ele será levado também pela SAMU e vai ser atendido como qualquer outro pelo SUS. O grande problema é o acesso ao SUS, mas acontecendo o acesso o atendimento é de primeira linha no mundo. Então, se nós nos damos conta disso, nós não podemos deixar uma população como da Zona Sul, Ver. Dr. Thiago, sem o devido atendimento de hospital. Lá está inaugurado, recentemente, o Hospital da Restinga, que é um primor de hospital, mas que não está funcionando absolutamente como hospital ainda. Ele é uma grande UPA, uma UPA de primeira linha com algumas internações, mas não há uma ocupação de rotina de todos os leitos que lá têm, no Hospital da Restinga – esperamos que isso aconteça o mais breve possível. Mas ali, na Zona Sul, nós temos um hospital que está preparado para fazer essa função, está preparado, porque tem os leitos necessários, tem os aparelhos necessários, tem a UTI necessária, tem a emergência necessária; e não estou falando de um hospital de marte, nem estou falando de um hospital do Rio de Janeiro, estou falando do Hospital Parque Belém de Porto Alegre. Um hospital que teve rompido o seu contrato com o SUS. Mas eu imagino que, com a visita do Ver. Dr. Raul Fraga, do Ver. Dr. Thiago e a minha visita, junto com o nosso Secretário, o nosso querido, elegante Secretário da Saúde, Dr. Ritter, ao Gabinete do Sebastião Melo, o nosso Vice-Prefeito, essas conversas deem resultado, Ver. Fraga, porque nós precisamos, na Zona Sul, um hospital para que se atenda alguém que chegue com um tiro, com uma facada ou que tenha sofrido algum acidente automobilístico. Para esses atendimentos, aqui, nós temos o Hospital Cristo Redentor, que é o grande pronto-socorro multifuncional de Porto Alegre, ou no grande HPS, que é o hospital da urgência de fato; como eles existem poucos, que são hospitais que se destinam unicamente a serem hospitais de emergência. Nós temos, então, para fazer essa função no meio do caminho, quando o sangue já está correndo há muito tempo, quando a infecção está acontecendo há muito tempo, quando o desmaio está demorando tempo demais, o Hospital Parque Belém. Nós esperamos, pelo menos, 20 leitos que sirvam de retaguarda para o Hospital

da Restinga; outros 15 leitos que sirvam para as internações da Região. E, principalmente, como é que deve estar funcionando o atendimento psiquiátrico? Deve ter dificuldade, porque nós não temos grandes hospitais, neste momento, com a lei que não permite mais o manicômio, nós não temos hospitais muito específicos para tratar o problema da psiquiatria. E aquele hospital não é um manicômio, ele é um hospital geral; dentro da lei, ele se presta para atender desintoxicação da juventude que está se perdendo no *crack*, se perdendo na droga e as pessoas com alteração da sua saúde mental. Então, que bom que a gente possa se... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

...reunir, meus queridos colegas médicos. E tomara que o Ver. Manfro, agora no novo partido, volte para perto de nós, para que a gente possa, junto com outros Vereadores, também fazer renascer o Hospital Parque Belém. Vai ser bom para o hospital? Sim. Vai ser bom para os funcionários do hospital? Muito que bom! Vai ser bom para nós, que estamos nessa luta dentro desta Casa de Vereadores? Muito que sim! Mas principalmente para as pessoas que estão precisando dele, principalmente para o doente que precisa de um hospital, pois temos poucos leitos para a nossa população de 1,4 milhão de pessoas. Precisamos do Parque Belém!

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Muito obrigado, Sra. Presidente, Ver.^a Jussara Cony; quero aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, iniciar cumprimentando o Ver. Mario Manfro, que traz para esta Casa mais um partido político para compor o nosso colegiado, que é a Rede Sustentabilidade. E quero dizer ao companheiro Manfro que entendemos esse movimento como um movimento político para o momento. Ele sai dos partidos que estão apostando no golpe da Presidente Dilma e vem para a bancada dos partidos que lutam contra o golpe e contra essa farsa do processo de *impeachment* que está sendo constituído. Seja bem-vindo, companheiro Mario Manfro!

O segundo ponto que eu quero tratar aqui é dando continuidade a esse tema. Nós estamos vivendo, no Parlamento brasileiro, algo que eu espero que nunca chegue aqui a esta Casa, porque esta Casa, com todos os colegas Vereadores e Vereadoras, com todos os Presidentes que por aqui já passaram... Eu já trabalhei sob a luz da presidência do João Antonio Dib, sob a luz da presidência do Ver. Dr. Goulart, sob a luz da presidência do Ver. Professor Garcia – que, certamente, merece e recebe toda a nossa energia, todos os dias, pela sua recuperação –, enfim, de todos os partidos que compõem esta Casa, pelos acordos feitos sempre que as quatro maiores bancadas presidem. Nós não tivemos a postura, em momento nenhum, do que está acontecendo, neste momento, no Congresso Nacional. Nós temos um Presidente que foi eleito, é verdade, pela maioria dos Deputados, mas nós temos que ver por que ele teve essa votação expressiva da maioria. A imprensa toda divulga que só o Cunha financiou, da corrupção, 120 Deputados eleitos. Bom, se isso é verdadeiro, é o fim da República. Eu quero passar um vídeo mostrando um pouquinho da história do Cunha.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. ENGº COMASSETTO: No Jornal Nacional e em todos os veículos de comunicação do Brasil, estava sendo dita a mesma coisa. Desesperado, o Cunha tenta dar um golpe na democracia brasileira. Em nome da corrupção tem um conjunto de parlamentares e partidos que estão aliados ao Cunha, neste momento, que ajudam a sustentar esta farsa da corrupção. Então, o que nós estamos aqui falando e mostrando para toda a população de Porto Alegre que há mais de 20 anos, Cunha, desde o esquema do PC Farias, passado pelo superfaturamento da Telerj, no Rio de Janeiro, em 93 com irregularidades; em 99 na fraude da Cehab, do Rio de Janeiro; em 2007 em Furnas; em 2015 na Lava Jato, em 2015 com as contas que se descobriu na Suíça - são mais de 20 anos de corrupção... Eu quero concluir aqui, com os colegas Vereadores e Vereadoras, com uma frase que eu iniciei sobre esse tema. Esta Casa em dado exemplo para Porto Alegre na nossa diversidade política e na nossa diversidade de pensamento, mas tem uma postura que os temas que falamos aqui sustentamos. Tem uma diferença que os temas que discutimos aqui e debatemos são temas da Cidade; são temas de fundo, quando temos discordância de conteúdo ou de postura filosófica e ideológica; para isto serve o

pág. 13

parlamento. Nós não podemos aceitar que através dessa política, do seu Eduardo Cunha, que é a política que busca a desagregação e o desrespeito ao parlamento brasileiro, e que prega um golpe institucional... Nós estamos dizendo, com todos os partidos que defendem a democracia e a legalidade: golpe no Brasil, nunca mais. Um grande abraço.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem; cumprimento o Ver. Delegado Cleiton, pela lei. Amanhã é um dia de muita alegria, de muita felicidade por esta bandeira, que é uma bandeira afrodescendente, dos negros. Estamos vencendo, Dr. Goulart, a luta; é assim que se conquista o título, é vencendo jogo a jogo para chegar ao que todos nós queremos, que é a igualdade. Meus parabéns a todos afro-descendentes do Rio Grande do Sul. A minha preocupação maior, sobre o qual tenho pouco falado, Dr. Goulart, o senhor que é do ramo, é com a dengue, me preocupa muito - até fiz um discurso para não me perder. Quero dar os parabéns ao Governo do Rio Grande do Sul pelo trabalho que está desenvolvendo no combate ao mosquito da dengue. Vivemos uma situação de risco de surto da dengue. Além da dengue, este inseto também é responsável pela transmissão do zika, doença que provoca o aumento expressivo no número de bebês nascidos com microcefalia.

Dentro de pouco tempo, o Governo do Rio Grande do Sul vai lançar um aplicativo para *smartphone* onde será possível denunciar locais com água parada, criadores naturais de mosquitos transmissores da doença. Também será disponibilizado um número de telefone para que as pessoas possam denunciar. Eu acho que não precisamos chegar a isso, acho que se cada um de nós cuidar do seu espaço, nós vamos ter uma Cidade que não dará passagem a esse mosquito. Essa é a verdade. Eu acho que é através da conscientização, dia a dia, é que vai nos trazer a tranquilidade de empurrar, de acabar com esse mosquito. Por isso que eu digo que é muito importante a mobilização de todos

nós, sociedade, para combater a proliferação do mosquito. A previsão é de um verão muito quente e chuvoso, o que reforça a necessidade das campanhas de prevenção e investimento no combate ao mosquito da dengue. Tu vê que lá em cima, no Nordeste, é um batalhão, é o Exército. Esse é o papel do Exército: a segurança do povo brasileiro, a segurança do seu povo – este é o papel. A melhor forma de evitar a dengue é combater os focos, acúmulo de água, porque, muitas vezes, quando a gente vê um pratinho com água, jogamos fora, mas se ali tem foco do mosquito da dengue, ele permanece quase um ano, qualquer água que cair ali faz com que ele prolifere de novo. É difícil, esse bichinho! Para ganhar desse bichinho é difícil, mas nós temos que ter perseverança, lutar contra esse bichinho e vencer esse jogo. As armadilhas para o mosquito adulto nos bairros nas zonas Leste e Sul são muito importantes. Temos 16 bairros que estão sendo monitorados, mas acho, Ver. Dr. Goulart, que tem que ser toda Porto Alegre e todo o Rio Grande do Sul, porque não adianta a minha casa estar tranquila se a 20, 50 metros, às vezes, às vezes não tem morador, tem lixo e tem focos.

Então, temos que cuidar isso tudo, porque é muito importante, gente. Estamos vendo corrupção, isso, aquilo, mas existe uma coisa pior que pode matar muitas crianças, então, gente, eu peço com carinho: vamos cuidar, vamos vencer a guerra contra o mosquito.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente Paulo Brum, venho aqui pela Liderança do PSOL trazer a posição do nosso partido sobre a situação política em que o Brasil vive. E eu acho que é muito importante a gente fazer este debate com toda a sinceridade e com toda a franqueza diante desta conjuntura brasileira de crise econômica brutal, por um lado, e também de deterioração das condições de vida do nosso povo, e, por outro, do fortalecimento de uma velha lógica de fazer política em que as castas políticas usam como método o toma lá dá cá, as negociatas e o que nós conhecemos da podridão do Congresso Nacional.

Este debate é extremamente importante. Eu e o Ver. Prof. Alex falávamos há pouco sobre a resolução do Congresso, e eu faço questão de sempre falar isso na tribuna, ainda mais depois dos discursos dos Vereadores que me antecederam.

Em primeiro lugar, um pedido de *impeachment*, comandado pelo Eduardo Cunha, não tem nem nunca terá apoio do PSOL, seja pelos métodos que este tem utilizado para fazer valer a sua vontade no Congresso Nacional, tentando com que a Comissão de Ética não julgue o seu afastamento e seu processo de cassação no Congresso Nacional – houve seis adiamentos –, seja pelas manobras escandalosas que estão sendo feitas no Congresso Nacional para que esse homem, que parece um gângster, continue presidindo o Congresso Nacional à revelia das contas ilegais na Suíça, à revelia das mentiras na CPI da Petrobras, à revelia dos escândalos de corrupção em que ele se envolveu.

Aliás, eu acho estranho que até hoje ele não tenha sido afastado. Por isso nós, do PSOL, junto com a Rede, protocolamos na Procuradoria-Geral da República um pedido de afastamento imediato do Eduardo Cunha, que tem usado o seu cargo para se manter no poder. Em segundo lugar, muito embora o pedido de *impeachment* seja, sim, algo previsto na Constituição Federal, nós não achamos que as pedaladas fiscais que são utilizadas por vários governos como forma de fechar as suas contas, independentemente dos méritos dessa questão – mais de 15 Governadores utilizaram este método –, sejam um problema do Governo Dilma. Agora, nós achamos que o Governo Dilma está deteriorado no que diz respeito não só às relações que estabeleceu para governar como ao que prometeu para o povo no ano de 2014 e não está cumprindo. A Dilma, no segundo turno da eleição, disse que não era para votar no Aécio porque o Aécio ia privatizar; bom, a Dilma está privatizando. Disse que era para votar na Dilma porque o Aécio ia cortar verbas das áreas sociais; bom, o Governo Dilma cortou verbas das áreas sociais. Disse que não era para votar no Aécio porque ele ia tirar direitos dos trabalhadores; bom, o Governo Dilma fez as medidas provisórias que retiraram direitos dos trabalhadores. Esse verdadeiro estelionato eleitoral, por um lado, tem feito com que o povo pobre e trabalhador pague a conta da crise econômica e, por outro, que esse Governo careça, sim, de apoio popular, por uma corrupção que não é promovida por alguns, mas que é um método de fazer política no Brasil e que o PT capitulou a esses métodos, já utilizados anteriormente pelo PSDB e pelos governos da ditadura militar - aliás, não dá para dizer governos da ditadura militar -, pelos ditadores ou pela ditadura militar brasileira. E essa

podridão, obviamente, combinada com a crise econômica leva a uma crise sem precedentes no que diz respeito à instabilidade econômica e, obviamente, à instabilidade política. É por isso que nós, do PSOL, não vamos participar de nenhuma manifestação em defesa de um governo que ataca os direitos dos trabalhadores e de nenhuma manifestação a favor de um *impeachment* comandado pelo Eduardo Cunha, com o que há de mais podre no Congresso Nacional, usando todos esses métodos nefastos para se manter no cargo.

Eu gostaria de falar sobre o debate que a Luciana fez ontem, Presidente, porque muito me espanta que quando se fala em resolver um problema de estabilidade chamando o povo a participar, muitos se assustam. Nós não temos medo da democracia.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; obrigado, Ver. João Bosco, pela notícia da demissão dos funcionários do Cunha, que a Presidente Dilma demitiu. Mas eu ficaria mais feliz, Ver.^a Fernanda, se ela não tivesse colocado indicações do Eduardo Cunha. Ela não devia ter colocado. E o Eduardo Cunha também não devia ter apoiado tanto a Presidente Dilma. Eles eram sócios até ontem. Então, essa briga de gângsters é meio antiga; nós não podemos aplaudir aqui um *round*. Ah, ela demitiu o cara da caixa, mas não devia ter colocado lá. Não devia ter colocado. Então é um problema muito sério aqui no Brasil, hoje, nós estamos discutindo quem é mais bandido do que o outro. Nós não estamos discutindo quem é que fez mais coisas boas para o estado brasileiro, estamos discutindo quem roubou mais ou quem roubou menos, quem é mais malandro, quem é menos malandro! Nós estamos chegando ao fundo do poço quando entramos nessa discussão. Nós não podemos ficar aqui achando que impeachment de um é diferente do outro. Eu, por exemplo, acho que o PT tem que parar com esse negócio de golpe. Porque, então, deram um golpe no Collor? O Collor, hoje, é amiguinho do PT, está junto do PT, inclusive na roubalheira da Petrobras! Mas que golpe é esse? Só serve golpe para os outros, aí não é golpe! Mas contra eles é golpe! E o golpe que o PT e o PCdoB e todo mundo pedia para o Fernando Henrique? Não era golpe?

pág. 17

Eles pediam *impeachment* toda a semana. Eles pediram *impeachment* até do Itamar Franco, que foi quem inventou o Plano Cruzado, quem botou este País na linha de novo! Pediram *impeachment* do Fernando Henrique a todo tempo! Aí não era golpe?! Eles foram eleitos pelo voto popular, igual a essa turma aí que roubou o Brasil! Igual! Isso não quer dizer que eu venha aqui pedir *impeachment*. Acho que se tiver razão, tem que fazer, dentro da lei! Agora, não venham com essa balela que é golpe para um e não é golpe para outro. São iguais. E muito desses estão na mesma linha, estão juntos.

Olha, o PT ajudou a votar contra o Collor, ajudou muito a dar o golpe, querem que se chame golpe o *impeachment* do Collor? Eu não chamo, foi *impeachment* e foi o Parlamento que votou. Se vocês acham que é *impeachment* político e não técnico, tudo bem, eu não vou entrar nessa discussão. Mas derrubaram o Collor e abraçaram o Collor. O Sarney, ah, porque a ditadura, o Sarney era Presidente da Arena! E não é demérito nenhum. Então parem de atacar a ditadura se estão junto com quem é da ditadura! Mas que negócio é esse de quando está do lado de lá é uma coisa, quando está do lado de cá é outra. Não! É a mesma coisa! É a mesma coisa! Assim como eu digo que ladrão é ladrão em qualquer lugar que esteja, A Casa da Dinda, Ver.^a Sofia, que está me lembrando, é onde seu Lula visita seguidamente, com Collor, tomam cachacinhas e uísques lá para fazerem acordos políticos. O Collor que o PT derrubou e que o Lula leva abraçado! Então vamos parar! São todos iguais! Não vou dizer quem é melhor ou pior, estão no mesmo balaio, é um balaio de gatos em que não tem o gato mimoso. É um balaio de gatos. Ponto. Não tem bonzinho ali. E vamos parar de fazer aqui diferenças: esse é golpe, esse é *impeachment*. Não, é tudo golpe ou tudo *impeachment*. Os motivos são políticos. E quando se faz através de votação no Parlamento, o Parlamento representa a população. Eu posso falar do Cunha, pois fui o primeiro a vir à tribuna pedir a expulsão dele do meu partido, há 40, 50 dias atrás, quase dois meses. Agora, o Cunha foi eleito pelos Deputados. Não devia ter sido eleito. O PT até tentou não deixar o Cunha ser Presidente, mas depois fizeram um acordo e acharam que ia ficar por isso mesmo, e não ficou. Então, Presidente, obrigado por deixar terminar essa frase. Acho que é um balaio de gatos, sem o gato mimoso dentro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Paulo Brum, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acho que não ajuda a democracia a manifestação de que todos são iguais, Ver.^a Jussara Cony. Não ajuda e eu não estou aqui para brigar de armas com o Ver. Cecchim. Eu quero falar sobre o que estamos vivendo neste Brasil de uma outra perspectiva. E eu tenho a certeza de que muito mais, Ver.^a Fernanda, por nossas virtudes do que pelos nossos erros, que acontece esse movimento de golpe e esse movimento conservadorista que o Brasil está vivendo. Vou dizer por que, começo dizendo e reconhecendo nossos erros, reconhecendo a incorporação do sistema político deteriorado pelo financiamento de campanhas, que, inclusive, parte do nosso Partido acabou vivenciando. Mas o que mais assusta a direita golpista do Congresso Nacional são as nossas virtudes, Ver.^a Jussara – as nossas virtudes! O fato de que agora não há mais trégua nem engavetamento de processos, o fato que se prende de Senador a bilionário dono de banco, o fato de que a Polícia Federal trabalha com autonomia, o Judiciário – é bem verdade que, com parcialidade, porque, se Eduardo Cunha impede investigação, impede comissão, demite quem quer, faz votação como quer e não está preso ainda, tem parcialidade ainda, muita parcialidade!

Só que o Brasil nunca viveu momentos como este, momentos de enfrentamento à corrupção neste País, de efetividade no combate à corrupção, de punição e responsabilização, de recuperação de recursos desviados. E essas eu considero nossas virtudes.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, não são do Moro; são do Procurador-Geral da República, de todos os Procuradores, desde que o Lula começou a nomear sempre o primeiro da lista. E não era assim que fazia Fernando Henrique, que escolhia o décimo, o seu interessante “engavetador”. Nunca aconteceram tantas investigações, tantas elucidações, e, se 2014 tem uma grande vitória a ser celebrada, é o fato de que se encerrou a contribuição de empresas para as campanhas eleitorais. Encerrou! Depois do

Supremo Tribunal Federal resolver, o Congresso de Cunha ainda tentou reinstalar, e a Presidenta Dilma vetou. E foi mantido o veto. Portanto, não tem mais – 2014 é um divisor de águas. E o Brasil pode seguir adiante, pela democracia, apurando e depurando seus representantes, o sistema político, os partidos que se corrompem, enfrentando, resolvendo e melhorando a sua democracia. Ou poderá sucumbir mais uma vez, como já sucumbiu terrivelmente na história do Brasil, a casuísmos, autoritarismos, a maiorias instadas e organizadas pela força, em nome de outros interesses.

Mas eu falo de outros privilégios que também assustam essa direita conservadora: o avanço dos movimentos das mulheres, dos gays, das lésbicas, da luta por liberdade, da luta por direitos; as conferências marcando direitos, espaços; as políticas de cotas; as cotas na universidade; as cotas raciais nos empregos; as cotas sociais nos espaços antes reservados a quem mandava sempre, concentrador de riqueza e de privilégio; a demarcação das terras indígenas. Por que será que, no Congresso, há quase 200 representantes do agronegócio, e o País não é mais ruralista? O País é centro urbano, e, na verdade, a maioria é ruralista no Congresso Nacional e está combatendo o indígena, está assassinando indígenas porque não tem direito a terras. A demarcação das terras quilombolas, sim, senhores, revolta a elite branca deste país. Então, temos esse golpe – é golpe, sim, porque os juristas sérios estão dizendo que não há nenhuma razão de crime, não há crime que justifique a instalação de Comissão de *impeachment*. Portanto, é ao arrepio da lei, é ao arrepio da Constituição. E esse procedimento, Ver. Paulo Brum, rasga a luta do povo brasileiro, a luta de quem morreu torturado, de quem morreu nas cadeias, de quem foi exilado, dos jovens, dos homens e das mulheres que, duramente, construíram a democracia brasileira. E nós não vamos aceitar. Nossas diferenças de projetos e de visão de sociedade têm que ser dirimidas na democracia, no voto, na vivência direta, nas ruas, e não no golpismo, não nos acordos por cima por interesses espúrios, não em quem não tem nenhuma legitimidade, representando vergonhosamente setores econômicos e religiosos, e imprime, impinge à Nação a sua visão estreita, inclusive, de liberdade e de democracia. Não haverá golpe; nós avisamos, estamos na luta, o Brasil inteiro está se organizando nas ruas. E haverá luta se neste Brasil for rasgada a conquista democrática do povo brasileiro.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: É, Ver.^a Sofia, essa aí de que “haverá luta”... Acho que é luta democrática que a senhora quis falar, luta democrática. O *impeachment* é um instituto da Constituição. É um instituto da Constituição. A cepa política de que venho, que assinou a Constituição... Porque o PT não assinou a Constituição, vamos lembrar! Então é difícil agora trazer a Constituição e dizer: “Ah! porque temos que ser constitucionalistas!” Não, não assinou a Constituição. A cepa política de que eu venho, que assinou a Constituição, defende a Constituição. Eu acho que podemos discutir. E eu não quero fazer nenhuma menção de defesa ao Deputado Eduardo Cunha. Acho que quem tem que o defender é quem votou nele, é quem administra a vida dele. Agora, que o País está envolvido num lamaçal, não há como desconsiderar isso! São dois tesouros presos! Estão presos!! O Líder do Governo no Senado está preso! E eu acho que esse abaixo-assinado tem que correr depois da delação premiada do Sr. Delcídio, porque acho que vai ter problema lá! E nós não podemos morder a nossa língua. Nós somos pequeninhos. Como diz o Ver. Tarciso, nós somos pequeninhos. Então, sobre o contexto nacional, acho que é muito importante ter cautela e aguardar a delação premiada do Senador preso, Líder do Governo, Delcídio do Amaral. Acho que é bom, acho que é salutar e é importante.

Mas quero voltar aqui para a aldeia e ratificar o que o Ver. Raul e o Ver. Dr. Goulart muito bem falaram sobre o Hospital Parque Belém. Nós precisamos fazer uma ampla frente nesta Casa, multipartidária, para ajudar esse hospital a sobreviver. Fazer voltar o atendimento SUS nesse hospital, fazer com que tenhamos abertos 30 leitos de psiquiatria, serviço de referência do Cdquim – Centro de Dependência Química do Hospital Parque Belém, e os 20, 30 leitos de retaguarda que estão lá. O Governo Municipal inaugurou aquilo. É importante mantermos isso.

A segunda questão é em relação ao HPV. Quero agradecer ao conjunto dos Vereadores, a resposta da sociedade, depois que nós colocamos nas redes sociais a votação de ontem, foi muito importante. São 10% de todos os índices construtivos na 3ª Perimetral que vão reverter para o Hospital Presidente Vargas, vão dar mais um fôlego ao HPV para fazer as mudanças estruturais que ele precisa fazer para voltar a ser um hospital de referência, Dr. Raul, naquilo que executa, voltar a ser o hospital que era. Infelizmente,

depois que o Governador do Estado Tarso Genro demitiu os funcionários da Fugast, o hospital não conseguiu se reestruturar mais, essa é a verdade. O Governador disse que, se estivesse com a caneta, assinava e mantinha a Fugast. Aí deram para ele a caneta, e ele perdeu a caneta! Ele perdeu! Os profissionais da Fugast acabaram sendo demitidos, o hospital perdeu 400 funcionários da noite para o dia e precisa ser reestruturado. Então, mais uma vez quero hipotecar a minha solidariedade, Ver. Kevin, e pedir ajuda e sensibilidade do Governo Municipal para chamar os 63 técnicos de enfermagem. Falta um mês só, hoje é dia 10; no dia 11 de janeiro, esgota-se o prazo, e nós precisamos chamar os 63. Se nós não chamarmos esses 63 agora, nem no ano que vem chamaremos alguém, porque vai precisar fazer novo concurso. Precisa-se, Prof. Alex, tanto no PACS quanto no HPV, desses profissionais de forma emergencial. Nós precisamos nos focar nisso e sensibilizar o Governo para essa necessidade. O projeto já foi aprovado nesta Casa por unanimidade, e, agora, se precisa chamar os profissionais que já estão aprovados.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, muito boa tarde a todas e a todos que nos assistem; peço licença aqui, foram tratados anteriormente assuntos relevantíssimos, mas eu gostaria de fazer uma homenagem a um tema que considero da mais profunda relevância. Eu ousaria dizer que é até mais importante do que a conjuntura política que o nosso País atravessa. Há 67 anos, a Assembleia Geral das Nações Unidas, após a barbárie da II Guerra e de vários outros totalitarismos que dizimaram dezenas de milhões de seres humanos pelos mais diversos motivos – religiosos, ideológicos, raciais, étnicos, de gênero, de orientação sexual –, tudo foi motivo para o ser humano cometer as mais bárbaras atrocidades ao longo do século XX, e, por causa dessas atrocidades, a humanidade resolveu se unir, em 1948, e aprovar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um pacto de proteção, de princípios, de valores para a nossa sociedade global seguir na proteção máxima da dignidade da pessoa humana, independente de absolutamente qualquer diferença de pensamento, de características físicas, pessoais ou

de credo. Infelizmente, no nosso País, esse pacto ainda não foi introjetado na nossa cultura, Ver. Idenir Cecchim, que eu sei que tem concordância com as minhas palavras. Infelizmente, no nosso País, ainda se considera torturar um ato normal, ainda se considera exterminar jovens um fato cotidiano que não produz indignação no nosso País, que faz com que todos sigam sua vida normalmente – mesmo cinco jovens tendo sido metralhados recentemente, no último caso mais grave que o nosso País viveu de violação dos direitos humanos. Infelizmente, os direitos humanos, no Brasil, têm sido tratados de uma forma quase incompreensível por parte de alguns setores. Aliás, faço esta fala de hoje em homenagem à Deputada Maria do Rosário, que é objeto, cotidianamente, nas redes sociais, dos mais absurdos impropérios por parte de alguns segmentos que dizem, até hoje, que defender direitos humanos é defender bandidos. É uma incompreensão exatamente da essência de por que se criaram os direitos fundamentais em 1948. Um sistema capaz de proteger a própria humanidade da maldade do ser humano, do espírito de vingança, do preconceito, do racismo, do ódio e da intolerância, que cresce a olhos vistos no nosso País, independentemente de segmento ou de grupo político. Essa é uma reflexão que deve ser feita por todos os setores, porque, no nosso País, muito mais do que o grupo A ou B, Ver.^a Jussara, o que mais me preocupa é que a violência se banalizou. O mal se banalizou e, em 30 anos de democracia, as forças democráticas não foram capazes, Ver. Flecha, de superar todas as formas de preconceito que a nossa sociedade tem. Por isso, mais do que nunca, hoje é um dia de homenagear, hoje é um dia de lembrar o porquê se criou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quantas dezenas de milhões de pessoas tiveram que morrer na mão do Estado até que a humanidade se desse conta da barbárie que ela é capaz e que acontece hoje no nosso País, independentemente de partido A ou B, ela segue hoje incrustada na nossa sociedade na forma da violência com a qual nós temos lidado cotidianamente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde a todos, não pretendo utilizar todo o tempo regimental, mas gostaria de destacar alguns pontos sensíveis, relatar o ocorrido nesta semana, quando dois meninos de 13 anos se envolveram numa briga numa escola municipal aqui no Município de Porto Alegre. E um deles feriu o colega com uma facada, isso teve grande repercussão na mídia, e eu acompanho o caso um pouco pelas redes sociais logo do acontecido e percebi que muitas pessoas estavam tentando culpabilizar os profissionais da educação, os professores, a Direção, pelo ocorrido. Vereadores e Vereadoras, nós temos, e isso é notório, um déficit de RH dentro das escolas municipais aqui em Porto Alegre. Faltam quadros. As escolas municipais não contam com profissionais específicos para cuidar dos intervalos e da troca de turnos entre a manhã e a tarde e entre a tarde e a noite. Durante esses períodos, as escolas ficam livres, liberadas. Todos devem saber que nós temos também déficit de RH na Guarda Municipal. Os Guardas Municipais, que cumprem muito bem suas funções de controle e de coibição de violência nas escolas, não estão lá para prestar os seus serviços. Agora, culpar os professores que estão na hora do almoço, ou a direção da Escola Afonso Guerreiro, que estava, inclusive, em uma reunião com a Secretária de Educação, é uma imprudência e uma irresponsabilidade. Antes de divulgarmos informações, e isso estendo a toda a população do Município, é bom que saibamos das condições reais que nós encontramos dentro das nossas escolas do Município.

Senhoras e senhores, falo no tema violência nas escolas porque hoje nós teremos o último Encontro Anual da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas, do qual sou presidente, e estendo o convite a todos os presentes, às 18h30min começará o evento, e nós divulgaremos o painel com todos os apontamentos colhidos ao longo deste ano e os encaminhamentos a serem tomados para os órgãos públicos responsáveis.

Esse caso mexeu bastante com a população da escola; estão todos sensibilizados, e eu peço a sensibilidade dos Vereadores para que intercedam junto aos seus partidos, em especial aos Vereadores que tenham alguma ligação com a Secretaria Municipal de Segurança e com a Secretaria Municipal de Educação, para que nós possamos, minimamente, concluir este ano letivo com alguma segurança e para que nós possamos planejar o ano letivo seguinte. Do jeito que está não dá, senhoras e senhores. O menino

agressor relatou que se sentia ameaçado pelo seu colega e que, por isso, levou uma faca junto aos seus pertences. Durante a troca de turno, ele agrediu o colega. Senhores, senhoras, essa é a crônica de uma desgraça anunciada. Sem controle de acessos dentro das escolas, sem sequer uma barreira física, mínima, que possa diminuir o acesso de pessoas estranhas às nossas escolas, isso poderá tornar a acontecer. Então eu peço que todos nós estejamos atentos. Eu tive, há dois meses, uma reunião com a Secretária de Educação e cobrei dela a aplicação da lei do bullying, que é uma lei boa, mas que nunca saiu do papel. Se essa lei tivesse saído do papel, nós teríamos uma minimização dos conflitos internos entre os estudantes, e, talvez, essa desgraça não tivesse acontecido. Felizmente, o ferimento não teve grande profundidade. O menino foi atendido no Pronto Socorro e está bem, voltou para casa, mas o abalo emocional não cessa, e não somente no agredido, mas em toda a comunidade escolar.

Como é que nós podemos pensar em ter qualidade de ensino se não temos, minimamente, as condições para trabalhar, para ensinar, para aprender? Essa é a realidade das escolas municipais. Quando vamos começar a mudar esse quadro? Quando tivermos alguém assassinado? Isso é inaceitável! A falta de responsabilidade e o descaso com a segurança nas nossas escolas não podem continuar. Não vamos tapar o sol com a peneira! Eu não quero mais, não me agrada vir até a tribuna fazer este tipo de denúncia. Não me agrada, não me orgulha, mas eu farei, sempre que for necessário. Isso aconteceu esta semana. O que o Governo Municipal está fazendo para as próximas? O ano letivo ainda não acabou, e, quanto às condições, que já foram denunciadas, a partir de violência sofrida por professores no ano passado, não tivemos medidas. Não tivemos nem mesmo a liberação das horas extras para os guardas municipais poderem aumentar o controle, a segurança e a triagem das pessoas que acessam as nossas escolas. Isso é vergonhoso, é um descaso com as comunidades escolares. E esse Governo é conivente; esse Governo é conivente! A sociedade não pode aceitar mais isso! Não pode! Se isso continuar, teremos casos mais graves, infelizmente.

Então, senhoras e senhores, reforço, mais uma vez, o convite à Frente Parlamentar contra a Violência nas Escolas, hoje às 18h30min, será a nossa reunião de fechamento do ano. Continuaremos os trabalhos no ano que vem, mas já teremos alguns dados para serem divulgados para os senhores e senhoras. Uma boa tarde e continuemos os nossos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. DR. RAUL FRAGA: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores; eu quero tratar de alguns assuntos e vou iniciar me solidarizando com o nosso querido Ver. Mario Manfro, que agora trocou de partido, independente da sua escolha. Mas quem já trocou de partido – e eu, em determinado momento da minha vida, também troquei – sabe que é um momento, na vida pessoal e na vida política, de extrema relevância para aquela pessoa que toma essa atitude, porque são muitos conceitos que têm que ser revistos, muitas pressões de um lado e de outro lado, e o que nos reforça é a nossa convicção pessoal e de nossos eleitores, em especial, em relação à situação que se põe. Quase ninguém troca de partido de uma maneira solitária, existe toda uma situação que faz com que aquela pessoa tome essa atitude. E eu espero que o Ver. Mario tenha tomado uma decisão boa, porque, sendo da área da Saúde, conhecendo o trabalho que ele fez e faz pela sociedade, espero que ele ganhe com essa mudança, de algum modo, na sua carreira política.

Com relação às questões de Saúde, preocupa-me muito a saúde coletiva. E hoje um tema que está em todos os jornais e em todos os noticiários é a questão do zika vírus, um vírus que praticamente não existia no Brasil, e que eu diria que chegou graças ao grande número dos mosquitos que o transportam, o *aedes aegypti*, que é um vetor da dengue. E a dengue já nos acompanha há alguns anos, já tivemos epidemias fortes aqui no Estado, em especial na região Noroeste do Estado, e acompanhamos enormes epidemias em todo o Brasil. Agora, temos o zika vírus e o da febre chicungunha que também vêm associados ao mosquito *aedes aegypti*, e, com isso, vemos que há uma progressão geométrica de casos de microcefalia, ou seja, gestantes que têm os seus nenês com microcefalia, em especial na região Nordeste, especialmente em Pernambuco, onde está a maioria dos casos, mas há casos em todo o Brasil. Aqui estamos nos encaminhando, infelizmente, para termos esses casos também no nosso Estado. Ainda bem que as autoridades, as vigilâncias – a epidemiológica, sanitária e ambiental – estão alertas.

Nós temos que tomar uma atitude drástica em relação ao combate ao mosquito *aedes aegypti*, isso é claro para a sociedade. Não adianta ficar só conversando, discursando, nós temos que ter pessoas comprometidas nas ruas, combatendo os focos de mosquitos, talvez, até com o próprio exército, e que as pessoas abram os seus comércios, as suas residências para que tenhamos efetivamente uma redução do número dos mosquitos presentes, porque, cada vez mais, parece que proliferam na nossa sociedade.

Nós sabemos que a microcefalia não tem cura, e a diminuição do perímetro cefálico dessas crianças corresponde também a uma deficiência neurológica que vai fazer com que o seu cérebro também seja limitado, o que vai trazer uma série de deficiências que terão que ser tratadas, mas sabemos que muitas delas não poderão ser curadas. Nós teremos, infelizmente, uma geração de pessoas com microcefalia, e vamos ter que cuidar delas. Então, temos que tratar do ponto de vista de saúde pública, de maneira muito intensa, essa questão, para que possamos realmente avançar e não deixar esse tipo de situação tomar conta da nossa população.

Uma outra questão que eu julgo importante, é a questão do Programa Primeira Infância Melhor, que é um programa instituído já há vários anos no nosso Estado, e que eu inclusive tive a oportunidade de tornar, aqui em Porto Alegre, um programa permanente na área pública, e que tem demonstrado, nas nossas crianças recém-nascidas, principalmente no primeiro ano de vida, que há realmente uma efetiva diminuição das doenças, em especial das doenças diarreicas, enfim, muito comuns nesta época, e também faz com que as crianças se desenvolvam melhor, uma vez que elas são bem acompanhadas tanto na área da saúde quanto nas áreas social e cognitiva, que é o que faz o Programa Primeira Infância Melhor.

Também gostaria de tocar no assunto da nomeação, que nós precisamos, dos técnicos de enfermagem, porque temos uma pequena participação nesse tema. Achamos que é necessário, porque os técnicos que temos são insuficientes, precisamos de uma reposição imediata na nossa rede de Saúde pública.

Gostaria de também lembrar que o projeto que escolhi como preferencial, para ser votado este ano, é o que faz com que nós tenhamos, no mínimo, um posto de saúde 24 horas em cada região do Orçamento Participativo da Cidade. Hoje temos cinco, mas precisaríamos ter, no mínimo, um em cada região do OP, seriam mais doze. Não precisaríamos construir nada, os postos estão lá, é uma questão de remanejamento de pessoal, talvez algumas

pequenas contratações para ajustar isso, mas que farão com que a sociedade seja muito melhor atendida. Porque, hoje, os postos de saúde de periferia fecham às cinco, seis horas da tarde nos dias comuns e não abrem nos finais de semana, isso faz com que as pessoas tenham muitas dificuldades e acabem nas emergências hospitalares e nas emergências pré-hospitalares, no caso, as UPAs, a da Zona Norte, em especial, cujo nome eu tive a satisfação de dar: UPA Moacyr Scliar, que atende 500 pessoas por dia que estavam acomodadas, vamos dizer assim, na emergência do hospital Conceição e agora estão sendo melhor atendidas porque a emergência do Conceição teve um certo alívio com a presença da UPA da Zona Norte no terminal Triângulo da nossa Cidade. Assim, precisamos que haja um atendimento mais digno e bem colocado em toda a Cidade, e esse critério de colocar nas regiões do Orçamento Participativo dimensiona as unidades necessárias ao longo da Cidade.

Também gostaria de falar sobre um projeto que está tramitando na Casa, de minha autoria. Lembro que, com o Ver. Thiago, nós participávamos da COSMAM, que foi quando conseguimos viabilizar o catamarã em Porto Alegre, no trajeto Porto Alegre/Guaíba. E aí, V. Exa. , com propriedade, trabalhou muito e trabalha para que ele se estenda para a Zona Sul, e eu, para a Ilha da Pintada, até porque tenho uma relação muito forte há muitos anos com a Ilha e sei que um catamarã que passe ali fará com que as pessoas que trabalham no Centro – são muitas, principalmente no Mercado Público –, que levam mais de uma hora para ir de ônibus até o Mercado, em cinco minutos consigam sair de suas casas e chegar ao Mercado Público.

Esse projeto que apresentei agora é um projeto que já existe em vários locais do mundo, que é o aquatáxi, para que haja, também, a possibilidade de nós termos linhas em Porto Alegre de transporte hidroviário, utilizando a nossa hidrovia, o nosso lago Guaíba, e para que façamos isso de uma maneira normal, usual, transportando individual ou coletivamente as pessoas, porque este modal nós muito pouco utilizamos, o modal hidroviário.

Também gostaria de referir um projeto de minha autoria, que incentiva a doação de sangue, que é uma questão muito importante, porque nós sabemos que, no dia a dia, tem aumentado muito o número de transplantes, de cirurgias, e sabemos que essas situações exigem, da parte da população, um número muito maior de doações de sangue. Não é o que temos visto. Teríamos que ter, no mínimo, em torno de 2% a 3% de doadores de

sangue, e não conseguimos atingir esta proporção, fazendo com que, em situações de emergência, tenhamos dificuldade nos estoques de sangue, inclusive na parte de doação de medula; também é muito importante que as pessoas se cadastrem para que possam fazer as comparações necessárias para sabermos, ao longo do tempo, quem é compatível para que possamos combater principalmente as questões de hematologia, que dependem necessariamente de doação de medula, em muitos casos.

Além disso, queria reforçar a nossa participação junto com os dois outros Vereadores médicos, o Dr. Goulart e o Dr. Thiago, na questão de tentar reabrir e dar uma dinâmica melhor para o atendimento da Zona Sul, no Hospital Parque Belém. Sabemos que esse hospital passa por dificuldades há muito tempo, mas estamos buscando um novo horizonte para o hospital, para que possamos ter leitos que possam tratar a média complexidade e também leitos para tratar da questão da drogadição, que já vem, há muitos anos, sendo tratada nessa instituição, e agora, por motivos de não haver encaminhamento, está sendo difícil dar continuidade a esse trabalho.

Também gostaria de registrar e me solidarizar com o trabalho lá do Hospital da Restinga e com a nossa nova Central de Especialidades, que foi recentemente organizada lá, onde, inicialmente, 19 consultórios que atenderão a parte de doenças transmissíveis, infectologia e também de medicina interna; mas vamos tentar ampliar e fazer com que outras especialidades possam lá estar.

Gostaria também de desejar a todos, porque não sei se falo mais em Grande Expediente este ano, acredito que não, com a proximidade das festas, um excelente Natal, um próspero Ano-Novo. Agora estou me dirigindo ao Hospital São Pedro, onde temos uma festa natalina, que envolve a comunidade, toda a sociedade, que será hoje lá, se Deus quiser vai ser um grande evento, e as pessoas vão se sentir muito felizes por lá estarem. Também ressalto que o hospital faz um excelente trabalho em prol da sociedade na área da saúde mental. Então, muito obrigado e saúde para todos nós!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos à

PAUTA

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
122ª Sessão Ordinária 10DEZ2015

Não há Vereadores inscritos para discutir a Pauta. Está encerrada a Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h11min.)